

## 076 - Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho

### *Dados Biográficos*

***Nascimento*** - 30 de setembro de 1806, na Vila Laguna - SC.

***Filiação*** - Major Antônio Francisco Coelho e Francisca Lina do Espírito Santo Coelho.

***Formação e atividades principais*** - Em 1813 seu pai levou-o em sua companhia para a província do Ceará, para onde havia sido nomeado Comandante de um corpo de Infantaria, e ao mesmo tempo inspetor das tropas da mesma província, de que era então governador Manuel Inácio de Sampaio. Ali, sendo ainda menor assentou praça de Primeiro-Cadete na companhia de artilharia, em 17 de dezembro do mesmo ano.

Tendo seu pai adoecido gravemente, com ele regressou para a Corte em 1815, vindo a falecer três meses depois que chegou à Corte. Seu tio o Dr. João Francisco Coelho, encarregou-se de sua educação, entregando-o aos cuidados do padre-mestre Florêncio Alves de Macedo Pereira, um dos mais acreditados professores de latim daquele tempo.

Falecendo seu protetor e tio Dr. Coelho poucos meses depois da morte de seu pai, teve de continuar a sua educação a cargo de sua mãe, que, conquanto se achasse na Corte, fora de sua terra natal, sem parentes, e em circunstâncias pouco favoráveis, não esmoreceu diante das dificuldades próprias de quem se acha em terra estranha; dotada, porém, de energia e resolução, empenhou-se com a maior dedicação e desvelo em completar a educação de seus filhos. Continuou os seus estudos de latinidade com o mesmo padre-mestre Florêncio, de Filosofia Racional e Moral com o padre-mestre Frei José Policarpo, estudando outros diferentes preparatórios, como francês, inglês, etc.

Novamente assentando praça no Regimento de Artilharia da Corte a 16 de fevereiro de 1816, matriculou-se na Academia Militar a 08 de março de 1820, onde sempre primou como estudante, obtendo as cartas dos cursos matemático e de engenharia, tendo alcançado os primeiros prêmios no 3º e 4º anos.

Foi promovido a Segundo-Tenente em 23 de fevereiro de 1823, e a 12 de outubro de 1824, contando apenas 18 anos de idade, já se achava no posto de Capitão, tendo em 20 meses obtido três postos, mediante concurso e exames públicos, conforme a lei de promoções que então regia.

A proibição de promoções no Exército, que posteriormente foi decretada por lei da assembléia geral o fez retardar 13 anos na carreira dos acessos, vindo a ser despachado Major para o corpo de engenheiros a 13 de setembro de 1837, tendo feito passagem para esse corpo a 02 de janeiro de 1834, Tenente-Coronel a 07 de setembro de 1842, Coronel a 14 de março de 1847, e finalmente Brigadeiro a 14 de março de 1855.

Serviu, portanto, efetivamente por espaço de 14 anos em diversos corpos arregimentados da arma de artilharia, tendo tido muitos anos por comandante o venerando Marechal de Exército Francisco de Paula Vasconcelos, o primeiro e mais distinto artilheiro do Império.

Toda a sua vida depois de adolescente, foi sem interrupção, consagrada ao serviço do Estado, quer no serviço militar dos corpos, quer em comissões profissionais de engenharia, ora nos altos cargos da suprema administração, ora finalmente, no corpo legislativo, tendo principiado o seu tirocínio parlamentar na assembléia provincial de sua província, de que foi membro desde 1835 até 1847.

Em 1838, aos 32 anos de idade, tomou pela primeira vez assento na assembléia geral legislativa, como deputado pela província de Santa Catarina, sua terra natal, tendo sido eleito e reeleito seguidamente por espaço de dez anos.

Como político, honesto e probo sem ostentação, de inabalável firmeza de caráter, granjeando por isso a estima e respeito, não só dos seus correligionários, como dos seus antagonistas políticos, professou sempre opiniões liberais, sempre refletido, tolerante e moderado, nunca acompanhando seu partido nas suas exagerações. Seus princípios foram constantemente a aliança da liberdade com a ordem, e o do triunfo das idéias liberais conquistado pela convicção no campo da legalidade e dentro dos limites e órbita das leis.

Assim, apesar de intimamente unido à oposição de 1838 e 1842, de que faziam parte distintas notabilidades, tais como os irmãos Andradas, Marinhos, Otônias, Álvares Machados e outros, deles freqüentes vezes se separava em diversas votações, não adotando o princípio severo de negar pão e água ao governo, prestando-lhe, pelo contrário o seu voto nas medidas puramente governamentais, e negando-o às que eram de confiança, ou simplesmente de ocasião, ou às que eram exigidas pelo espírito de partido.

Negou, por exemplo, ao gabinete de 19 de setembro o seu voto à lei interpretativa do ato adicional, e da reforma judiciária; concedeu-o, porém, a todas as leis de força e a de orçamento, e bem assim a de 1º de dezembro de 1841, a qual foi o autor de acordo com o Ministro da guerra José Clemente Pereira, organizando o quadro dos oficiais do exército, e aumentando-lhes a tarifa dos soldos.

Tomou parte nas questões mais graves de seu tempo, e em geral em todas que diziam

respeito a assuntos militares; seus discursos eram sempre ouvidos com atenção pela Câmara; sua elocução era fácil e clara, e algumas vezes até graciosa. Lógico nos raciocínios, e rigoroso na suas demonstrações, o seu voto e opiniões emitidas nas discussões quando se tratava de matérias profissionais, decidiam ordinariamente a votação da Câmara, sem distinção de partido.

Todas essas provas exibidas no Parlamento mereceram-lhe a honra de ser chamado aos conselhos da coroa, fazendo parte do gabinete de 02 de fevereiro de 1844 como Ministro da Marinha, e interino da Guerra, passando depois a efetivo para esta última repartição em 23 de maio desse mesmo ano.

Esse gabinete, proclamando a política da concórdia e da clemência, aconselhara à Coroa o perdão para os vencidos na rebelião de Minas e São Paulo em 1842, e em consequência teve lugar a 14 de março de 1844 o ato magnânimo da anistia. Esse fato conspirou contra o gabinete e tornou profundamente hostil o então denominado partido da ordem, e dividiu em dois campos adversos os partidos conhecidos com os nomes de liberal ou luzia, e conservador ou saquarema.

Nesta situação dos espíritos abriu-se a sessão legislativa de 1848, e achou-se o gabinete na Câmara dos Deputados em frente de uma oposição violenta, forte por sua grande maioria, que abrangia três quartos do número de deputados; respeitável pela importância e pelo talento de seus chefes, entre os quais se contavam os Senhores Viscondes de Uruguai e de Itaboraí, Eusébio, Pereira da Silva, Souza Ramos, Visconde da Boa Vista, Rêgo Barros, e outros, todos fervorosos em suas crenças políticas, e decididos a todo o transe a golpear e derrubar o novo gabinete.

Coube ao Senhor José Joaquim Coelho, como Ministro da Guerra e deputado, sustentar na câmara temporária a luta renhida, que então se travou na discussão do voto de graças.

A oposição em grande maioria, por meio de seus mais eloqüentes órgãos, estigmatizando o gabinete, declarou-se com ele inconciliável, e ameaçou-o energicamente com a recusa clara e decidida de sua confiança, e intimando-o, quase em tom imperativo, a que se retirasse pela falta de apoio dos representantes da nação.

Foi então que o Sr. Coelho, na sessão de 23 de maio, respondendo à oposição em um enérgico discurso, declarou que o gabinete não se retirava, apesar da oposição em maioria se declarar inconciliável, e de ameaçar com a recusa decidida de confiança por parte da câmara, terminando com as seguintes memoráveis palavras: “Temos recursos na constituição; apelaremos para a coroa e para o país, e o seu júízo supremo decidirá quem deva governar o Estado: ou nós, ou vós”. A revelação, que se continha nestas palavras, impressionou

vivamente a oposição. No dia seguinte lia-se em ambas as câmaras o decreto de dissolução entre os vivas e aclamações do povo, que ocupava as galerias e as imediações do paço da Câmara dos Deputados.

A nova Câmara dos Deputados, reunida em 1845, prestava o seu apoio unânime ao gabinete de 02 de fevereiro, com exceção de três deputados que se declararam em oposição, talentosos e hábeis oradores, a quem nesse tempo se denominou - Patrulha.

O partido liberal, reabilitado e chamado às posições oficiais, movido principalmente pelo sentimento de gratidão, dava pleno apoio ao gabinete, mas nele se pressentia uma certa sofreguidão e impaciência pela adoção de medidas no sentido da política do progresso, e em antagonismo com as medidas fortes, que tinham sido convertidas em lei pela política anterior. Era como uma reação natural, que o governo prudentemente procurava moderar, abstendo-se de promover medidas precipitadamente, medidas estas que seus amigos desejavam, pelo que era por eles acusado de inércia. Foi por isso que o Sr. Coelho, à vista desses indícios de sofreguidão da parte dos amigos do gabinete, em uma das sessões de maio de 1845 proferiu esse notável discurso, no qual proclamou a inércia como sistema político em certos casos e em dadas circunstâncias, considerando-a, tanto no sentido físico como moral, uma força capaz de resistência, e muitas vezes a única própria, salutar e benéfica para impedir movimentos desordenados.

Este discurso lhe alienou as simpatias de alguns de seus amigos políticos; posteriormente, tendo-se oposto e fazendo cair com o seu voto, e o do seu colega dos estrangeiros, Ernesto Ferreira França, a medida proposta sobre a incompatibilidade dos magistrados com as funções de deputado, estando, além disso, nessa parte divergente da opinião dos outros seus quatro colegas, teve de retirar-se do ministério a 26 de maio de 1855.

Entre os serviços mais notáveis prestados ao país neste seu primeiro ministério deve contar-se a parte direta e ativa com que planejou e concorreu para a pacificação da província do Rio Grande do Sul.

Em perfeita inteligência e acordo com o então presidente e comandante em chefe do exército naquela província, o general Marquês de Caxias, seu amigo de juventude e seu contemporâneo na Academia, tudo entre eles se dispôs e combinou com tanto acerto, que a paz veio a efetuar-se pelos meios da convicção espontânea e sincera, fazendo com que os rebeldes confiassem na clemência imperial e na fé do governo.

Para esse fim veio particularmente à Corte em comissão por parte dos rebeldes, entre eles, Tenente-Coronel Antonio Vicente da Fontoura, acompanhado pelo coronel Manuel Marques de Sousa, posteriormente, Barão de Porto Alegre, e foi o Sr. Coelho quem fez com o

comissário Fontoura e Coronel Marques todos os ajustes e combinações precisas para realizar a tão desejada pacificação, que até então milhares de contos despendidos e milhares de vidas preciosas sacrificadas não tinham podido conseguir.

No seu gabinete e com seu punho foi ele quem redigiu as instruções de 18 de dezembro de 1844, que foram levar a pacificação material e moral à infeliz e magnânima província do Rio Grande do Sul, que há nove anos estava sendo trucidada pelos horrores da guerra civil.

Em objetos de serviço distinguiu-se sempre por sua grande atividade, entre outros fatos há o seguinte de notoriedade pública: o partido da ordem na província das Alagoas incorrera na mesma falta, que arguia a seus adversários políticos, pois quando em oposição, descrendo dos meios legais, revoltou-se e recorreu também aos meios materiais, empunhando as armas e atacando em seu palácio o delegado do governo o Sr. Bernardo de Souza Franco; e os revoltosos nessa ocasião não desdenharam chamar em seu auxílio o famoso bandido e salteador das matas de Jacuípe, Vicente de Paula.

O presidente da província, sem força para resistir à revolta, que com tanta fúria rebentara de improviso, havia solicitado auxílio aos presidentes de Pernambuco e da Bahia. Todas estas notícias chegaram à Corte, trazidas pelo vapor Imperador, que entrou neste porto a 17 de outubro de 1844; o incansável Ministro da Guerra de 02 de fevereiro deu logo todas as providências, e com tal rapidez que no dia seguinte, decorrido 24 horas, o mesmo vapor saía pela barra fora com uma força de linha de 400 praças completamente armada e municada, sob o comando do valente General Seara, e a 24 do mesmo mês saltava a força nas Alagoas, e no dia seguinte era reinstalado em seu palácio o Presidente, que desde o dia 21 se achava com as principais autoridades a bordo do iate Caçador; a 31 de outubro dava-se o sanguinolento combate da Atalaia, e logo em seguida outros, em que as forças legais levaram sempre de vencida os revoltosos. A presteza dos auxílios enviados da Corte pelo ministro, e à concorrência dos socorros das províncias da Bahia e Pernambuco deve-se o ter sido suplantada em começo uma revolta, que, com auxílio e intervenção dos bandidos das matas, ameaçava tomar grandes proporções, e produzir males incalculáveis.

Enquanto ministro, não se descuidava da parte puramente administrativa. Deu à Escola Militar os estatutos do 1º de março de 1845, fazendo cessar a confusão de doutrinas, que resultava de uma interminável sucessão de reformas sobre reformas, restaurou o Hospital Militar da Corte em benefício à vida dos soldados que eram tratados em insalubres e mal providos hospitais regimentais, onde sucumbiam à mingua em número extraordinário; fundou o observatório astronômico do Castelo, cuja criação, decretada por lei há muitos anos, tinha ficado em letra morta e nunca se cuidara na sua execução.

Deixando de ter assento na Câmara no ano de 1848, foi nomeado Presidente e Comandante das Armas da província do Pará tomando posse destes cargos a 08 de maio do mesmo ano.

Nesta presidência ainda mais firmou o seu crédito de administrador inteligente, reto, justo e imparcial; desenvolveu sua habitual atividade dando impulso a diferentes obras públicas da província, apesar dos minguados recursos das rendas provinciais, tendo encontrado os cofres exaustos e a província com uma dívida superior a 70:000\$.

Durante a sua administração no Pará, em princípios de 1850, tentaram os franceses uma segunda ocupação do Amapá, sendo governador de Caiena, Mr. Pariset, que mandara estacionar algumas goletas e brigues de guerra em frente à embocadura do mesmo Amapá. O Sr. Coelho, por seu turno, mandou preparar todos os navios de guerra da estação do Pará, e expediu para a Caiena o brigue de guerra Niterói com ofícios àquele governador, fazendo enérgicas reclamações contra a tentativa de nova ocupação; travou-se então de parte a parte, por meio de notas diplomáticas, uma renhida e luminosa discussão, que foi toda publicada no relatório de estrangeiros de 1852, sobre a questão de limites do Oiapoque, e sobre a verdadeira inteligência dos tratados, cujo resultado foi fazer calar no ânimo do governador de Caiena a convicção da injustiça de sua pretensão; retiraram-se os navios franceses, não indo portanto avante a projetada ocupação.

Para caracterizar devidamente esta sua administração na província do Pará, e conhecer-se a norma de princípios que o dirigiram, basta copiar textualmente um trecho do seu relatório de entrega ao vice-presidente o Dr. Angelo Custódio Correia, em que, entre outras regras que o guiaram no seu governo, pode dizer-lhe o seguinte: “Não partilhei com ninguém o exercício de minha autoridade: governei só, acertei e errei só. Nunca admiti confidências auriculares sobre objeto de negócios públicos, e nenhum ato de minha administração foi por alguém anunciado da véspera na praça pública. Esforçando-me por imprimir em todos os meus atos um certo cunho de imparcialidade e justiça, consegui nulificar a aparição de partidos, e ter uma presidência tranqüila, etc.”.

Entregando as rédeas da administração do Pará em 1º de agosto de 1850, tendo conquistado as simpatias dos paraenses, recolheu-se à Corte em novembro desse mesmo ano, e então se retirou completamente da vida política e administrativa, empregando-se por seis anos em diferentes cargos puramente militares, tais como: diretor da fábrica da pólvora, que exerceu até o mês de junho de 1854; diretor do arsenal de guerra da Corte, até setembro de 1855 e diretor da Escola de Aplicação do Exército, até março de 1856, em que foi nomeado presidente e comandante das armas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

À exceção dos cargos de presidente e comandante das armas das províncias do Pará e Rio Grande do Sul, nunca quis acumular mais de um vencimento ou gratificação por empregos diversos.

Quando foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra da Corte, a que estava anexa a direção das obras militares, fez separar este último cargo, que até então teve diretor especial, dizendo que no serviço do arsenal tinha de sobra com que ocupar-se, e que não queria ser diretor honorário ou nominal daquelas obras somente para receber as gratificações, que importavam em 1:600\$ por ano; nisso deu ao mesmo tempo prova de desinteresse e zelo pelo bem do serviço.

De maneiras afáveis no seu trato ordinário, e ao mesmo tempo enérgico nas ocasiões precisas, nos empregos superiores que havia exercido, soube fazer-se respeitar e obedecer, captando ao mesmo tempo a cordial estima de seus subordinados; é assim que, quando embarcou para o Rio Grande do Sul, despedindo-se dele os alunos da escola de aplicação reunidos em corpo, com seu novo diretor e mais oficiais e empregados daquela escola, um dos alunos, em nome de todos os seus colegas, leu um discurso por ele assinado, em que, além de muitas outras expressões lisonjeiras, tratando de retratar o seu caráter, exprimiam-se nas seguintes palavras: “O que nos penhora individualmente, e o que nos constitui gratos, sobretudo, são essas qualidades pessoais, que vos distinguem, são essa candura e inteligência, que unia e separava incontinenti o diretor e o aluno, que distinguia o mestre dentre os que trabalhavam juntos, e que obsequiava ordenando, etc.”

Dois anos depois de ter deixado a direção do arsenal de guerra da Corte, quando os operários e mestres desse arsenal dele há muito já não dependiam, achando-se já na presidência do Rio Grande do Sul, esses seus ex-subordinados se recordavam agradecidos de sua paternal administração, e espontaneamente cotizando entre si uma parte do produto de seus salários, mandaram preparar uma rica espada de ouro, e lha enviaram para aquela província, como um sinal de lembrança e reconhecimento ao seu ex-diretor.

Chegando à província do Rio Grande do Sul, foi acolhido com a mais cordial benevolência e simpatia; todos ali, tanto ex-rebeldes como legais, consideravam-no ministro pacificador de 02 de fevereiro, um antigo conhecido e amigo.

Nesta segunda administração seguiu invariavelmente os mesmos princípios da província do Pará: retidão, igualdade, justiça e imparcialidade para todos; assim também do mesmo modo conservou a estima, simpatia e consideração dos rio-grandenses até o último dia de sua presidência.

Coube-lhe ali dissolver a divisão auxiliar brasileira, que havia regressado de Montevidéu, organizando as brigadas que deviam guarnecer, policiar e defender nossas fronteiras, e dando-lhes instruções convenientes para remover ou resolver os diferentes conflitos que com diversos Estados vizinhos ali ordinariamente surgem.

Assim como no Pará, nessa província deu ele o máximo impulso às obras públicas, criando a respectiva repartição; planejou e deu princípio à importante estrada de 60 léguas pelo litoral, que tinha como finalidade, dar cômoda e segura comunicação entre as cidades de Porto Alegre e Laguna, da qual deviam provir imensas vantagens às duas províncias de São Pedro e Santa Catarina, e que tinha também por fim proporcionar em época talvez bem próxima a construção de uma estrada de ferro, que seria a verdadeira e única possível barra do Rio Grande.

Tendo-o a sua província, depois de decorridos dez anos, reeleito deputado à assembléa geral legislativa, passou a administração da província ao segundo vice-presidente em 13 de março de 1857, e veio para a Corte tomar assento.

Ali chegou nos últimos dias do mês de abril do mesmo ano, e tendo logo ocorrido a retirada do gabinete de 06 de setembro, presidido pelo general Marquês de Caxias, entrou segunda vez para o ministério, como ministro da Guerra do gabinete de 04 de maio daquele mesmo ano de 1857.

Na forma da constituição, teve de passar novamente pela prova das urnas eleitorais, e seus patrícios o reconduziram por uma excessiva maioria de votos.

Havia por dez anos se retirado do Parlamento, porém, nele se apresentou com o desembaraço do antigo parlamentar, sem desmentir um só momento o conceito que outrora houvera adquirido.

Nas discussões da sessão legislativa daquele ano, agredido o gabinete de 04 de maio por uma oposição compacta, sistemática, enérgica e talentosa, conservou-se sempre a par de seus colegas, na altura de sua posição.

Conquanto alquebrado de forças e já investido pela enfermidade que depois o veio a prostrar, ainda era o mesmo administrador inteligente e incansável. Na previsão de uma guerra iminente, que estava a rebentar a cada momento com a república do Paraguai, e que a todos parecia inevitável, coube-lhe, como ministro da Guerra, a árdua tarefa de providenciar, não só sobre os preparativos e armamentos de guerra, provimentos dos arsenais, mandando fazer avultadas compras na Europa, como também sobre o movimento e marcha das tropas, parte das quais tinham de atravessar centenas de léguas por caminhos inóspitos e em grande parte desertos; teve de fazer organizar um corpo de exército no Rio Grande do Sul, e de fazer



remessa para a fronteira do Baixo-Paraguai, na província de Mato Grosso, à custa de grandes sacrifícios, de um imenso e pesado material de guerra, remetendo para ali engenheiros hábeis e oficiais experimentados das diferentes armas, grande número de artistas, operários dos principais ofícios, fazendo seguir repetidos contingentes de tropas, e tendo forças já preparadas e prontas a marchar à primeira voz nas províncias de Goiás, Minas. São Paulo e Paraná.

Côncio de seus deveres em assuntos tão melindrosos, cerrava os ouvidos a clamores indiscretos, e prosseguia sem a menor hesitação em fazer executar as suas ordens; e ainda mesmo que a questão pendente com o Paraguai não tivesse tido, como teve, tão feliz e pacífica solução, quando soasse a hora do combate, o Império havia de se achar preparado para sustentar com honra e glória a sua dignidade e os seus direitos.

Infelizmente, em meio da sessão legislativa do ano de 1858, não pode resistir à enfermidade que há tempos o afligia, e caiu gravemente enfermo, tendo passado durante seis meses por acerbos e cruéis sofrimentos.

Este motivo o fez passar interinamente a pasta da guerra ao seu colega da marinha o Conselheiro Dr. José Antonio Saraiva em 10 de julho 1858, até que, ainda pelo mesmo motivo, deixou o ministério, e com isso deu lugar à retirada de todo o gabinete a 11 de dezembro do corrente ano.

Neste segundo ministério coube-lhe a tarefa de ser ainda o reformador das escolas militares, como houvera sido em 1845, e ao 1º de março do corrente ano de 1858 fez publicar o novo regulamento respectivo.

Entre os serviços profissionais, que prestou em diferentes épocas, deve ser mencionado um, em que deu prova de seu interesse, e também de sua dedicação à Imperial Família. Logo depois do primeiro ministério, em outubro de 1844, foi escolhido por Sua Majestade o Imperador para chefe da comissão de engenheiros incumbida de medir e demarcar as 25 léguas de terra que deviam formar o complemento do dote da Sereníssima Princesa de Joinville, sendo essas terras nos sertões de São Francisco, da província de Santa Catarina. Nessa importante e espinhosa comissão empregou cinco aturados meses, internado em ermos sertões, sofrendo toda a sorte de privações, quase sempre sem abrigo contra as intempéries, em maus ranchos de palha, feitos à pressa em cada dia no lugar do pouso, muitas vezes sem mantimentos, e algumas vezes chegando a sua comitiva ao ponto de desespero e desânimo. Mas o exemplo do sofrimento e paciência do chefe, que, calmo, sereno e resignado, compartilhava com igualdade as mesmas privações, a sua perseverança e atividade fez superar todas as dificuldades, e chegar ao termo dos trabalhos da completa medição, demarcação e

mapeação de tão extensa e agra porção de território. Salvou também grandes embaraços compondo-se amigavelmente com todos os heróis e posseiros confinantes nas terras próximas ao litoral, evitando conflitos e contestações, devido principalmente à influência e estima de que gozava como deputado em sua terra natal, e muito difícil teria sido a qualquer outro terminar em paz tão melindrosa comissão, na qual, e no dizer dos naturais do país, se lhes tiravam as terras para dar aos estrangeiros.

Por esta comissão, atendendo a que o assunto se referia a serviço da Casa Imperial, renunciou aos seus vencimentos ordinários, bem como às avultadas gratificações extraordinárias, que a todos os outros membros da comissão foram concedidas.

Tendo servido em altos e importantes empregos, como chefe de três repartições militares, dois ministérios, duas presidências, tendo estado muitos anos no parlamento, e incumbido de difíceis comissões da sua profissão, acha-se no fim da sua carreira tão pobre como no princípio. Quando se lhe fazia alguma observação nesse sentido, respondia: “A minha pobreza é a minha riqueza”.

De costumes simples, de uma vida sem fausto e sem luxo, acomodando-se às suas circunstâncias e aos recursos de cada época de sua vida, é seu dito habitual; “Vivo com todo o dinheiro, gasto tudo o que ganho, e somente o que ganho; nada tenho, e nada devo”.

Em toda a sua vida nunca importunou os ministros com pedidos para si, nunca solicitou empregos ou comissões; ao contrário, sendo consultado, rejeitou muitos de elevada importância; é máxima sua “nunca pedir”. Sendo ministro, escreve-lhe um general, em véspera de um dia de despachos, pedindo-lhe conselho se devia falar a outro de seus colegas, fazendo-se lembrado para um despacho que dele dependia. O Sr. Coelho, como membro do gabinete, sabia que esse general estava já inscrito na relação dos agraciados; e sem querer revelar-lhe o que havia, e mesmo para poupar-lhe o vexame de um pedido supérfluo, respondeu-lhe escrevendo por baixo da carta estas lacônicas palavras: “Os generais ‘não pedem’; eu acostumei-me a não pedir ‘para mim’ desde subalterno”.

**Condecorações** - Comendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz e da Imperial Ordem da Rosa. Foi, também, agraciado com as comendas da Ordem de São Bento de Aviz e com a da Ordem da Rosa.

**Atividades no STM** - Vogal do Conselho Supremo Militar em 18 de dezembro de 1858.

Foi casado com Emília Carolina da Costa Barros, tiveram dois filhos e uma filha, enviuvando em 30 de agosto de 1854.

*Falecimento* - 16 de janeiro de 1860, em Nova Friburgo, província do Rio de Janeiro.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações**: Jerônimo Francisco Coelho. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar**: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 23-4.

SISSON, S. A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres: Os contemporâneos**. São Paulo: Martins, s.d., p. 239-50.